

CONGRESSO

Agenda esvaziada até dia 10

Em meio à campanha eleitoral, Câmara e Senado decidiram limitar os trabalhos legislativos em duas semanas de “esforço concentrado”

» FERNANDA STRICKLAND
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O Congresso Nacional adiou o retorno do recesso parlamentar por causa do período de convenções partidárias, que se estende até a próxima quinta-feira. Na prática, o recesso das duas Casas terminou no último sábado, mas os trabalhos em Brasília só recomeçam na próxima semana — quando terá início o chamado esforço concentrado antes das eleições gerais de outubro.

Em ano eleitoral, a atividade legislativa costuma diminuir, já que parlamentares concentram esforços nas campanhas em suas bases eleitorais. A expectativa é que as votações nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ocorram em apenas duas semanas até o pleito: de 10 a 14 de agosto e de 31 de agosto a 3 de setembro. O objetivo é aprovar matérias menos polêmicas e de maior consenso entre os parlamentares. Nas eleições anteriores, os parlamentares também se afastaram de Brasília, mas as sessões continuaram a ser realizadas — à época, o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adotou sessões virtuais, permitindo que deputados registrassem presença e votassem por aplicativo.

Na Câmara, a prioridade do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) é a votação do projeto de lei que criminaliza a misoginia. Parlamentares da bancada feminina farão uma nova rodada de conversas e devem pedir que a matéria seja pautada. O projeto enfrenta resistência de grupos conservadores e religiosos.

A proposta que aumenta o limite anual de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) deve ser votada na Câmara apenas na segunda semana de

Vanilson Oliveira/CB/DA.Press



esforço concentrado, entre o fim de agosto e o início de setembro. O relator, deputado Jorge Goetten (Republicanos-SC), afirmou que a equipe econômica ainda finaliza os estudos sobre o impacto da atualização de toda a tabela do Simples Nacional no orçamento: “Tem um impasse ainda do Simples. Não está pacificado. A equipe econômica está conversando. Não avançamos ainda. Há uma empatia da equipe econômica, mas eles precisam finalizar os estudos. Não

tem clima de atualizar o MEI e não colocar todo o Simples.”

No Senado, as atividades desta semana serão pontuais, com reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH) e audiências públicas. Hoje, o colegiado promove audiência pública sobre o “Agosto Dourado”, mês de incentivo ao aleitamento materno. Amanhã, discute a memória do Holocausto Cigano. Também nesta terça, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve

realizar audiência pública sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia, com participação do setor de carnes e de representantes do setor público.

Em audiência pública marcada para quarta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) debate o financiamento da educação infantil. Além disso, está prevista, para a próxima sexta-feira, uma sessão no plenário em referência ao Agosto Lilás, campanha pelo fim da violência contra a mulher.

Escala 6x1

Para a semana do dia 10, o governo articula avançar, junto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 e prevê redução da jornada. Tratada como prioridade pelo governo, a matéria segue parada: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem cobrado publicamente Alcolumbre para pautar o tema,

» Projetos que trancam a pauta

O Congresso precisa votar os projetos orçamentários — a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, que o governo deve enviar até 31 de agosto —, além de analisar 87 vetos que trancam a pauta do Legislativo. Entre eles, estão os vetos ao projeto de regulamentação da reforma tributária, ao Estatuto do Pantanal, às LDO e LOA de 2026, ao marco do setor elétrico e o veto integral à Lei da Dosimetria, que reduz o tempo de prisão de condenados pelos atos de 8 de janeiro.

Com o fim do recesso parlamentar, a volta do trabalhos acontece hoje, sem previsão de sessão plenária deliberativa

RELAÇÕES EXTERIORES

Ruído no Mercosul pode afetar acordo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O anúncio do presidente Luiz Inácio Lula (PT), na semana passada, da retomada nas negociações de um acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Coreia do Sul colocará em teste o pragmatismo diplomático do bloco que, além do Brasil, comporta países-membros como Uruguai, Paraguai, Bolívia (em processo de adesão) e Argentina.

Lula, ao aproveitar uma visita oficial da comitiva sul-coreana a Brasília criou um Grupo de Trabalho (GT) para destravar as conversas paralisadas desde 2021 devido à pandemia da covid-19. A conversa, no entanto, ocorreu na semana em que o petista protagonizou desavenças diplomáticas com os presidentes da Argentina, Javier Milei, e do Paraguai, Santiago Peña.

No Brasil para a convenção do PL que oficializou a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL), Milei chamou Lula de “ladrão” e “presidiário”. O petista classificou a fala como “patacoada”. Já o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, convocou tanto o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Julio Bitelli, quanto o representante da diplomacia argentina no Brasil, Daniel Raimondi, para dar explicações.

As críticas de Milei a Lula, avaliaram interlocutores do Planalto, somaram-se ao tarifaço, anunciado pelos Estados Unidos de até 37,5% às exportações brasileiras, com o objetivo de interferir nas eleições de outubro em prol de Flávio. Entre os países-membros do Mercosul, o Brasil é o país mais afetado com as sobretaxas norte-americanas.

O outro atrito foi provocado por uma declaração do chefe do Executivo brasileiro, em que atribuiu ao Paraguai o papel de causador da Guerra da Tríplice Aliança, conflito que iniciou em 1864 e durou até

1870, com a vitória do Exército brasileiro. A fala fez com que o governo de Peña convocasse o embaixador do Brasil, José Antonio Marcondes de Carvalho, para dar explicações. O governo paraguaio também entregou uma nota de repúdio às declarações do líder brasileiro e pediu a devolução de canhões e de documentos históricos do conflito.

Ritmo das negociações

Enquanto o governo do Brasil afirma adotar ações para desenvolver acordos do Mercosul, o ambiente de turbulência política entre chefes de Estado do bloco tende a colocar uma lentidão no processo. Embora a concretização de um tratado de livre-comércio com a Coreia do Sul tenha importância à economia de Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, é preciso que haja consenso entre os países-membros do bloco.

Especialista em América Latina, a professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Regiane Bressan frisa haver parâmetros institucionais do Mercosul que permitem o veto de cada país-membro. “Todas as decisões do Mercosul, inclusive a ratificação de áreas de livre-comércio, exigem unanimidade. A formação de um consenso acaba sendo inflexível. Em momentos de desalinhamento ideológico e de disputa comercial intra-bloco, a propensão dos governos vizinhos de instrumentalizar o veto aumenta muito”, explicou Regiane.

Professor de relações internacionais do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Alexandre Andreatta pondera ser preciso separar as desavenças entre líderes de Estado da estrutura do Mercosul. “Presidentes precisam ter responsabilidade com suas falas, mas não se deve

Ricardo Stuckert



Agência Brasil



Peña: nota de repúdio e devolução de troféus da Guerra do Paraguai

confundir incompatibilidade pessoal entre governantes (Lula, Milei e Peña) com ruptura estrutural entre os países e o bloco”, disse. Para ele, que já participou do Parlamento do Mercosul (Parlasul), o bloco

sul-americano possui instituições sólidas que garantem a continuidade dos trabalhos, ainda que em ritmo mais cadoenciado.

Nesse cenário, o especialista destacou a trajetória do acordo

Mercosul-Singapura, lançado sob os governos de Michel Temer e Mauricio Macri, negociado durante as gestões de Jair Bolsonaro e Alberto Fernández, e assinado e promulgado pelo presidente Lula.

Lula e o presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, após reunião bilateral, no Alvorada

“Olha só a ‘salada de frutas’. Isso mostra que acordos comerciais são políticas de Estado, que atravessam diferentes orientações ideológicas porque respondem a interesses orgânicos dos países”, enfatizou.

Entrave

O anúncio do Brasil em destravar as negociações para um acordo entre o Mercosul e a Coreia do Sul é um dos tratados que o bloco sul-americano almeja desenvolver. Há também negociações com novos parceiros, como Canadá, Japão e Emirados Árabes Unidos.

As tratativas com os Emirados, porém, enfrentam entraves como as incertezas provocadas pelo conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, além de divergências sobre a definição das regras de origem para produtos destinados aos países do bloco sul-americano.

Essas regras correspondem aos critérios técnicos que determinam se um bem pode ser considerado efetivamente produzido em um dos países signatários de um acordo comercial. No caso das tratativas em curso, o Mercosul busca garantias de que os produtos exportados pelos Emirados Árabes sejam de fato fabricados no território da Federação, composta por sete monarquias.

Segundo interlocutores do bloco da América do Sul, a proposta em discussão prevê que ao menos 70% do processo produtivo dos bens exportados ao Mercosul ocorra nos Emirados Árabes. O objetivo é evitar que produtos de terceiros países sejam reexportados ao mercado latino-americano sem cumprir as regras do acordo.

A preocupação é que, sem garantias claras de origem, o tratado possa abrir espaço para triangulação comercial, com mercadorias estrangeiras entrando no Mercosul por meio dos Emirados para aproveitar tarifas reduzidas.



Todas as decisões do Mercosul, inclusive a ratificação de áreas de livre-comércio, exigem unanimidade. A formação de um consenso acaba sendo inflexível”

Regiane Bressan, professora da Unifesp especialista em América Latina